



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil

Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas

Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM

ISSN: 2238-6424

QUALIS/CAPES – LATINDEX

Nº. 13 – Ano VII – 05/2018

<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Criação e implantação do Curso de Medicina da UFVJM, Campus do Mucuri: uma história de lutas e desafios

Prof^a. Vânia Soares de Oliveira e Almeida Pinto
Graduada em Medicina com residência em Medicina de
Família e Comunidade e especialista em Homeopatia
Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFVJM)
Professora da Faculdade de Medicina do Mucuri - UFVJM
<http://lattes.cnpq.br/8368842092889043>
E-mail: vania.almeida@ufvjm.edu.br

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Rodrigues
Professor Associado da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
(UFVJM), Campus de Diamantina - MG
<http://lattes.cnpq.br/6818724610993301>
E-mail: claudio.eduardo@ufvjm.edu.br

Resumo: A partir de análise das políticas públicas de Educação e Saúde desenvolvidas no Brasil até a promulgação da Lei 12.871/2013 que instituiu o Programa Mais Médicos, este trabalho objetiva apresentar breve histórico da criação e implantação do Curso de Medicina da UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Teófilo Otoni - Minas Gerais. Para cumprir esse objetivo realizou-se pesquisa qualitativa quanto à abordagem e pesquisa exploratória quanto aos fins. Também foi adotada a metodologia da História do tempo presente na qual parte-se de um evento de ruptura ou político, cuja análise influenciará um futuro próximo. Quanto aos meios, foram aplicadas as pesquisas bibliográfica e documental. A última foi realizada a partir da análise de publicações oficiais e administrativas da UFVJM. Verifica-se que, embora fosse antigo desejo da comunidade do Vale do Mucuri, a implementação do Curso de Medicina no Mucuri foi resultado do Programa Mais Médicos como política pública. É possível também

inferir que o curso possui importante papel no desenvolvimento regional de uma das áreas mais vulneráveis do país. Contar a história da Medicina do Mucuri permite a auxiliar na criação de uma identidade institucional, além de abrir caminhos para outras pesquisas semelhantes.

Palavras-chave: Programa Mais Médicos. Atenção Primária à Saúde. Saúde da Família. Políticas Públicas de Educação e Saúde. Ensino médico.

Introdução

O conceito de política está intimamente ligado ao cidadão, ao público e ao social. Possui relação direta com as ações do Estado e são decididas por autoridades governamentais.

As políticas públicas implementadas pelos governos em uma sociedade, são ações ou regras que influenciam diretamente a vida de todos os cidadãos. Depois de desenhadas, transformam-se em planos, projetos, ou programas que modificarão e ordenarão áreas importantes da sociedade como a Saúde e a Educação.

Para analisar a formulação e implementação das políticas é necessário compreender o contexto histórico-social de seu surgimento, pois estudar o passado permite analisar o presente e refletir sobre a sociedade que se deseja para o futuro.

No Brasil, desde o período Imperial até os primeiros anos de República, as tentativas de construção de sistemas públicos de amplo acesso a serviços essenciais, foram fragmentadas e frágeis. Analisando, especificamente, as políticas de Educação e Saúde brasileiras, percebemos a ausência de ordenamento das ações governamentais, muito mais voltadas ao atendimento dos interesses de uma elite minoritária, do que às necessidades das populações trabalhadoras ou escravizadas.

O ordenamento e sistematização das políticas públicas brasileiras só se tornaram mais evidentes após a Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, que determinava ao Estado o dever de prover esses direitos inalienáveis. Na área da Saúde, a criação de um sistema de acesso universal, baseado na integralidade do cuidado e na equidade da assistência, foi sem dúvida a mais importante política pública da área, até os dias atuais.

Na Educação, o conjunto de leis fundamentais trouxe a gratuidade do ensino fundamental, a instituição do plano de carreira para o magistério e a tríade de princípios do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão.

A Carta Magna Brasileira carrega o processo de descentralização político-administrativa como um de seus princípios, o qual levou à municipalização das áreas da Educação e Saúde.

Em um país de extensão territorial continental como o Brasil, 8,5 milhões de km², e com 5.570 municípios, divididos em 26 estados federados, e um Distrito Federal (IBGE, 2017a), a municipalização tornou-se um grande desafio.

Dos estados brasileiros, Minas Gerais constitui um dos mais significativos exemplos de heterogeneidade. Com mais de 19 milhões de habitantes, e 26,6% destes na faixa de pobreza, possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,731, bem próximo do indicador brasileiro que é de 0,744 (IBGE, 2017b).

O Vale do Mucuri fica na região nordeste do estado de Minas Gerais, sendo composto por 23 municípios, divididos em duas microrregiões, como segue:

- a) Microrregião de Nanuque: Nanuque, Carlos Chagas, Águas Formosas, Serra dos Aimorés, Machacalis, Santa Helena de Minas, Bertópolis, Crisólita, Umburatiba, Fronteira dos Vales;
- b) Microrregião de Teófilo Otoni: Ataléia, Frei Gaspar, Malacacheta, Pavão, Teófilo Otoni, Catuji, Itaipé, Novo Oriente de Minas, Poté, Franciscópolis, Ladainha, Ouro Verde de Minas, Setubinha.

A cidade de Teófilo Otoni possui 134.745 habitantes (IBGE, 2017c), e encontra-se a 452 km da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do município passou de 0,440, em 1991, para 0,701, em 2010. Apesar da melhora, ainda se encontra bem distante do salto dado pela capital, Belo Horizonte, de 0,602, em 1991, para 0,801, em 2010 (IBGE, 2017c).

A região do Vale do Mucuri recebeu importante incentivo à ampliação do acesso ao ensino superior ao ser contemplada, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (BRASIL, 2007), com a criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha

e Mucuri (UFVJM), em 2005. O *campus* do Mucuri está situado na cidade de Teófilo Otoni/MG.

A UFVJM é, portanto, fruto de uma política pública de Educação que interiorizou cursos com objetivo de articular desenvolvimento regional e produção de conhecimentos. Hoje são 80 cursos, distribuídos em quatro *campi* (Diamantina, Mucuri, Unaí e Janaúba) e mais de 8.000 alunos.

O Programa Mais Médicos (PMM) foi criado através da Lei 12.871 de 22 de outubro de 2013 relacionando as áreas da Saúde e Educação. Os eixos principais do PMM buscavam o provimento de médicos para a Atenção Básica (AB), mudanças e ampliação no ensino médico e melhorias nas estruturas físicas das Unidades de Saúde do país. Voltado para áreas de vulnerabilidade social, distantes dos grandes centros urbanos, além da assistência médica através da atuação na Saúde da Família, o Programa Mais Médicos trouxe duas novas escolas médicas ao nordeste de mineiro.

As discussões sobre a abertura de um curso de Medicina no Vale do Mucuri, iniciaram-se em 2007 e foram marcadas por manifestações populares de apoio. Foram cinco anos até a liberação dos cursos de Medicina para a UFVJM.

Nessa perspectiva, o Conselho Universitário da UFVJM, através da Resolução nº 09/2012 (considerando a Portaria SESU/MEC nº 109, de 05 de junho de 2012), criou dois cursos de Medicina, sendo um na cidade de Diamantina/MG e outro na cidade de Teófilo Otoni/MG.

A implantação dos cursos ocorreu em 2014, já em vigência do Programa Mais Médicos.

O objetivo deste artigo é descrever o histórico de criação e implantação do Curso de Medicina do Mucuri, fundamentado na Lei 12.871.

Trata-se de estudo do tipo histórico, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, uma vez que busca resgatar os registros da criação e implantação do curso de Medicina do *campus* do Mucuri.

A abordagem histórica é a do tempo presente. Esta metodologia parte de um evento de ruptura ou político e faz uma análise que sabidamente será refletida em um futuro próximo, possuindo diversas denominações (não sinônimos) como “história imediata, história contemporânea, história recente e história atual” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 24).

O desafio de relatar uma história próxima, a da criação de um curso de Medicina a partir de uma política pública de Educação e Saúde, foi aceito por tratar-se de um evento de ruptura do processo educacional médico, para construção de outras bases na formação profissional.

Com o presente artigo descreve-se de forma inédita, a história da fundação da Faculdade de Medicina do Mucuri, abrindo caminhos para novas pesquisas e investigações sobre o tema.

Conceito e modelos de formulação de políticas públicas

Ao recorrer ao Dicionário de Política de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.954) encontramos a definição do termo “política” como sendo “[...] derivada do adjetivo originado de *polis*, que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo, sociável e social”.

O termo “política” se popularizou por influência da obra homônima de Aristóteles, e que traz pela primeira vez a política como a arte ou ciência do Governo (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 954).

Para Lima (2012, p.50), deve-se entender política pública como um “[...] conjunto de decisões, não como uma decisão isolada”.

Lima (2012) traz a divisão das Políticas Públicas entre as com “abordagem estadista” e “abordagem multicêntrica”. A abordagem estadista seria protagonizada por atores estatais, por outro lado, a multicêntrica define a política a partir da “origem do problema a ser enfrentado”. Deste modo a Política Pública seria aquela voltada a responder anseios públicos.

Para Lima (2012, p.50), deve-se entender política pública como um “[...] conjunto de decisões, não como uma decisão isolada”.

Segundo Souza (2014, p. 67), a Política Pública enquanto área do conhecimento possui na definição de Laswell, a conceituação mais conhecida (SOUZA, 2014, p.68).

Em 1951, Laswell e D. Lerner (apud RUAS; ROMANELLI, 2013, p.3) definiram “policy sciences” como o “conjunto de métodos voltados para a investigação dos processos políticos, com vistas a contribuir para a atuação dos governos.” Nesta obra, Laswell e Lerner estabelecem etapas para a formação das

políticas públicas: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação (RUAS; ROMANELLI, 2013).

Lima (2012) traz a divisão das Políticas Públicas entre as com “abordagem estadista” e “abordagem multicêntrica”. A abordagem estadista seria protagonizada por atores estatais, por outro lado, a multicêntrica define a política a partir da “origem do problema a ser enfrentado”. Deste modo a Política Pública seria aquela voltada a responder anseios públicos.

O termo política pode ser compreendido então, como ações ou decisões de um governo, relacionados ao público e ao social. Nomeamos de políticas públicas, o agrupamento de algumas destas ações, escolhidas e realizadas pelos governos, em resposta a segmentos da sociedade.

No Brasil, o período de início efetivo dos estudos sobre as Políticas Públicas se estende do final da década de 1970 até 1980, tendo na ocasião o foco de análise nas ações populistas de Vargas (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2014).

A esse período seguiram-se outros como o de redemocratização de 1980, e a reforma do Estado em 1990, em que os estudos das Políticas Públicas procuravam entender e colaborar com reflexões e ressignificações acerca das decisões específicas do Estado (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2014, p. 13-15).

Nesse contexto, este trabalho analisa a Lei 12.871, que cria o Programa Mais Médicos (PMM), como uma política pública de Estado e que integra as áreas da Saúde e Educação. O PMM possui três eixos principais, sendo o segundo o da educação médica, do qual resultou o processo de expansão das escolas médicas para áreas remotas, como o Vale do Mucuri. O artigo descreve o histórico de criação e implantação do curso de Medicina do Mucuri.

O Programa Mais Médicos

O Programa Mais Médicos, criado em julho de 2013, propunha o provimento emergencial de médicos como resposta imediata às desigualdades de assistência médica no território brasileiro, pois priorizava áreas de maior vulnerabilidade. Ao mesmo tempo envolvia medidas de médio e longo prazo, através da criação e interiorização de novas escolas médicas e das mudanças curriculares propostas.

A Medida Provisória nº 621, promulgada em 8 de julho de 2013, institui o programa e traz em seus objetivos a diminuição da carência de médicos nas regiões consideradas prioritárias para o SUS, o estímulo a uma formação médica generalista e com base na realidade de saúde da população brasileira, o fortalecimento da integração ensino-serviço, o estímulo às pesquisas aplicadas ao SUS, entre outros (BRASIL, 2013b).

O PMM envolvia ações que fortaleceriam a assistência prestada pela Saúde da Família e ao mesmo tempo traria transformações no modelo de ensino médico, ao propor um novo currículo de formação para as universidades, criadas a partir de 2013.

O capítulo II, da MP nº 621, trata da escolha dos municípios para a implantação de novas escolas médicas e apresentava entre os critérios de seleção a relevância social e a necessidade local do curso. No capítulo III, sobre a formação médica, divide-a em dois ciclos, um de no mínimo sete mil e duzentas horas, e outro de treinamento em serviço, na Rede SUS, com duração de dois anos (BRASIL, 2013b).

O Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), parte específica do PMM relacionada ao provimento emergencial, é descrita no capítulo IV e trata da seleção de médicos (com prioridade para os brasileiros) para a atuação nos municípios selecionados (BRASIL, 2013a).

A Portaria Interministerial de nº 1.369, também de 8 de julho de 2013, descreve a implantação e critérios para a execução do PMMB, incluindo a regulamentação de bolsas para médicos, supervisores e tutores. As funções de capacitação, aperfeiçoamento técnico e educação continuada ficam a cargo de supervisores que devem acompanhar em visitas mensais as atividades dos médicos participantes. Os tutores são docentes de Instituições de Ensino Superior conveniadas, e que devem prover o acompanhamento e capacitação dos supervisores na Atenção Primária (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013b).

Em 1º outubro de 2013, a Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde promulga a portaria nº 23, com o objetivo de dispor sobre os deveres dos municípios e Distrito Federal em relação à “recepção, deslocamento, garantia de moradia, alimentação e água potável” aos médicos participantes do PMMB (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013a).

A conversão da Medida Provisória (MP) em lei ocorreu em 22 de outubro de 2013, com a promulgação da Lei nº 12.871, instituindo o Programa como uma política pública de Saúde e Educação Médica no Brasil (BRASIL, 2013b).

O Curso de Medicina do Mucuri

O estudo documental realizado identifica alguns registros oficiais, principalmente das reuniões do Conselho Universitário da UFVJM, “[...] órgão superior máximo de deliberação coletiva” (UFVJM, 2017), além de outros arquivos de domínio público.

É preciso salientar que o histórico não pretende abordar, de modo a exaurir, as complexas lutas pela criação do curso, travadas tanto pela comunidade acadêmica como pela sociedade e figuras políticas locais. É sabido que houve intensa movimentação acadêmica para a vinda do curso de Medicina para o Mucuri, mas não foram encontradas fontes documentais que pudessem ser utilizadas nesta pesquisa.

Os primeiros registros das discussões sobre o curso de Medicina para o Vale do Mucuri aparecem nas atas do Conselho Universitário da UFVJM (CONSU), em 2008 (CONSU, 2008a). O então reitor da UFVJM, professor doutor Pedro Ângelo Almeida Abreu, comentava, na ocasião, sobre a complexidade de se implantar um curso de Medicina. Essa temática esteve presente em reuniões do Conselho Universitário ao longo de seis anos, até a primeira aula inaugural do curso, em 09 de setembro de 2014 (ACONTECEU NO VALE, 2014).

Em vários documentos é possível perceber as discussões que antecederam os processos de implantação, especialmente quando se tratava do local que receberia a Medicina. Os *campi* de Diamantina e Teófilo Otoni eram os indicados pela reitoria para a instalação.

Antes da implantação, houve a designação de uma comissão, formada por oito membros, entre docentes, discentes e técnicos administrativos, dos dois *campi*: de Diamantina e Teófilo Otoni. O objetivo era avaliar a necessidade regional de cursos de Medicina, através de consultas internas e externas à Universidade (CONSU, 2008b).

No Jornal da UFVJM, nº 23, de dezembro de 2008, uma nota oficial de esclarecimentos afirma que os estudos acerca da implantação da Medicina, na UFVJM, haviam sido iniciados por um então deputado federal e indicavam a cidade de Teófilo Otoni como local de implantação do curso. Na mesma nota, o reitor afirma que dois cursos foram liberados pelo MEC “a partir de um ciclo básico comum” para as cidades de Diamantina e Teófilo Otoni.

O “ciclo básico comum” ocorreria no *campus* de Diamantina, utilizando as instalações da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde da UFVJM. Após este ciclo de quatro anos, o internato ocorreria na cidade de Teófilo Otoni, que contava com uma estrutura hospitalar de maior complexidade.

Na Ata de nº 29, de março de 2009, o reitor faz um resumo do histórico de ações para a implantação do curso e salienta a mobilização de políticos e da sociedade do Vale do Mucuri, citando idas à Brasília, em caravanas, para discussões com o MEC. O reitor cita, neste documento, a articulação de diversos parlamentares da época, em defesa dos interesses do Mucuri, o que não acontecia com a região de Diamantina (CONSU, 2009).

Importante pontuar que nos registros das reuniões do Conselho Universitário, dos anos de 2008 e 2009, as discussões a respeito da abertura dos cursos contaram por diversas vezes com a presença de gestores municipais, vereadores e outros representantes da sociedade civil, além dos docentes conselheiros. A participação dos discentes, através de seu representante (J.S.R.), mostrava a coerência dos questionamentos e o desejo de pensar nas vulnerabilidades sociais locais, discutidas em parágrafos acima.

Era essencial pensar na condição dos discentes que fariam um curso fragmentado entre dois municípios muito distantes, aproximadamente 430 quilômetros, lembrando dos que necessitam de moradia e auxílio estudantil (CONSU, 2009).

A proposta do “ciclo básico comum” foi rejeitada pelo MEC. Entre os anos de 2010 a 2011 não foram encontrados registros que detalhassem os acontecimentos do período. O documento seguinte data de 2012, quando houve a instituição de uma comissão para elaboração do Projeto Pedagógico do curso.

O curso de Medicina do *campus* do Mucuri, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, foi criado a partir da Portaria SESU/MEC nº109, de

05 de junho de 2012, e regulamentado pelo Conselho Universitário da instituição, através da Resolução nº 09 do Conselho Universitário da UFVJM, de 06 de julho de 2012 (CONSU, 2012b; UFVJM, 2014b). A aprovação, por unanimidade, da proposta de criação de dois cursos de Medicina para a UFVJM está descrita na Ata nº 82 do CONSU, de 06 de julho de 2012 (CONSU, 2012a).

A Faculdade de Medicina do *campus* do Mucuri (FAMMUC) foi criada em 21 de março de 2014, segundo Ata do CONSU de nº 103, através da aprovação de Unidade Acadêmica para o Curso (CONSU, 2014).

Em 05 de setembro de 2014, a Resolução nº 23 do CONSU, trata da aprovação do Regimento Interno da Congregação da Faculdade de Medicina do Mucuri, que constitui o órgão superior de deliberação da referida Unidade Acadêmica (CONGREGAÇÃO, 2014; UFVJM, 2014d).

A Resolução nº 01 da congregação aprova o Regimento Interno do Colegiado do curso. Com seus órgãos colegiados devidamente regulamentados, a FAMMUC iniciava suas atividades de graduação (CONGREGAÇÃO, 2014)

Os primeiros docentes tinham muitos desafios pela frente como finalizar o projeto pedagógico do curso (UFVJM, 2014a) escolher a bibliografia utilizada, realizar cálculos de carga horária, programar concursos para a entrada de novos docentes, negociar campos de estágio com a Rede SUS, organizar horário de aulas, além de compor Colegiado, Congregação e representação da FAMMUC nos Conselhos Universitários (CONSU e o Conselho de Ensino e Pesquisa - CONSEPE).

Entre este grupo de professores, de maioria feminina, surgiram os primeiros cargos administrativos: diretora da FAMMUC, coordenadora e vice-coordenadora do curso de Medicina.

Os professores da FAMMUC contaram com o apoio e orientação da Comissão Especial de Avaliação das Escolas Médicas (prof. Henry de Holanda Campus e profa. Maria Neile Torres Araújo, ambos docentes da Universidade Federal do Ceará), instituída pela Portaria nº 15, de 22 de julho de 2013 (MEC, 2013a). Através de oficinas e visitas *in loco*, os membros desta comissão auxiliaram, de modo decisivo, a construção do PPC, segundo a ótica das novas necessidades de formação médica.

O plano pedagógico do curso da Faculdade de Medicina do Mucuri é embasado em metodologias ativas de ensino e regido pelas Diretrizes Curriculares

Nacionais de Medicina de 2014 (MEC, 2014). Conta com o planejamento de atividades para trinta alunos por turma, com entrada semestral. A distribuição curricular se faz por módulos, que são divididos em: segmentares e longitudinais, sendo esses últimos os de maior conteúdo técnico profissional (UFVJM, 2014b)

Com a proposta de formar profissionais habilitados para trabalhar com os problemas específicos do Vale do Mucuri, o Plano Pedagógico do Curso (PPC), enfatiza o conhecimento nas doenças mais prevalentes, como: Hanseníase, Leishmaniose, Esquistossomose, Diabetes e Hipertensão (UFVJM, 2014b).

Com vistas ao fortalecimento do SUS, o PPC não prevê a criação de serviços específicos do curso, mas a utilização dos serviços da rede. O objetivo é auxiliar a consolidação da Rede SUS existente (UFVJM, 2014b).

A FAMMUC está inserida na Rede SUS no município de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, e atua junto a nove Unidades de Saúde, das trinta e três existentes: Altino Barbosa, Funcionários, Vila Barreiros, Filadélfia, Pindorama, Grão Pará, Matinha, Indaiá e Bela Vista.

Os alunos frequentam a mesma Unidade, desde o primeiro até o oitavo período nos módulos de Práticas Integrativas, Ensino Serviço e Comunidade - PIESC, permitindo a experiência do vínculo e da continuidade do cuidado. Realizam visitas domiciliares, participam de reuniões de equipes, grupos operativos, observam e realizam consultas médicas, sempre com a supervisão do docente responsável, em uma, crescente, espiral de aquisição de conhecimento. O curso procura integrar áreas básicas e clínicas através do uso de múltiplas metodologias, incluído a metodologia de Aprendizado Baseada em Problemas.

Ao fim de cada período os alunos propõem projetos de intervenção para equipes ou para a comunidade (UFVJM, 2014b). Ao refletir, através da análise de problemas reais (metodologia da problematização), os alunos integram conceitos adquiridos e instigam as equipes de saúde a avaliarem também suas práticas assistenciais.

Os pequenos projetos são formulados tendo como público alvo as comunidades ou as equipes e podem ser de diversos tipos: educação em saúde, educação permanente para as equipes, intervenções assistências, planejamento estratégico, entre outras, concretizando a integração ensino-serviço

Desafios e perspectivas futuras para a Medicina do Mucuri

O curso de Medicina do Mucuri apresenta diversos desafios, que não se encerram no complexo processo de implantação.

Formar um egresso, com alta capacidade técnica, que trabalhe na ótica da Atenção Primária, mas que seja habilitado a exercer a especialidade que escolher, sem abandonar os princípios humanistas, torna-se o objetivo maior do curso.

As metodologias ativas exigem não apenas do aluno, mas também dos professores recém-chegados, e muitas vezes, pouco preparados pedagogicamente para o trabalho docente. É compromisso da FAMMUC formar um corpo docente robusto em relação ao conhecimento específico e à titulação, mas também, relacionado às habilidades de utilização adequada das diversas metodologias previstas no PPC.

A estrutura física necessária para o pleno funcionamento do curso contempla a complexa rede de laboratórios, com salas de observação e controle, que permita o aprendizado das técnicas profissionais e novos modelos de avaliações práticas. Em uma inovadora perspectiva de ensino médico, as áreas de convivência e descanso também possuem uma importância de destaque.

A consolidação do curso depende também da melhora e organização da Rede SUS, papel dos gestores municipal e estadual, principalmente relacionado ao combate à rotatividade profissional e às precárias condições físicas das Unidades de Saúde. O estabelecimento de planos municipais de carreira, a reforma das unidades, o estabelecimento de fluxos de encaminhamento regional e a busca de financiamentos para a rede hospitalar e de urgência são medidas essenciais para o fortalecimento do SUS.

Para um futuro próximo, a abertura de programas de Residência Médica, é essencial para a fixação dos jovens médicos. Sobre os fatores que influenciam a fixação dos médicos em áreas remotas, Jamieson *et al.* (2013), realizou estudos com ex-residentes de Medicina de Família no Canadá. No trabalho, puderam observar que o local em que os estudantes fizeram sua formação (em grandes centros ou em áreas rurais), influenciou diretamente na escolha da região de fixação, após o encerramento da especialização.

O cenário de formação na pós-graduação médica é um dos preditores mais importantes do local de escolha para a atividade profissional, segundo Jamieson (2013). Desse modo, a mudança assistencial pretendida pelo Programa Mais Médicos, a longo prazo, só será alcançada se novos programas de Residência forem abertos, especialmente em Medicina de Família e Comunidade e áreas básicas como Pediatria, Ginecologia, Clínica Médica e Cirurgia.

Considerações Finais

Por todos os fatores apresentados, é possível concluir que o curso de Medicina do Mucuri, é fruto do processo de expansão das escolas médicas contido na lei do Programa Mais Médicos (política pública de Estado nas áreas de educação médica e saúde pública).

Segundo os registros estudados, foram sete anos de discussões e planejamento, antes da aula inaugural em 2014. Podemos pontuar também a intensa participação social e política, que influenciou diretamente a implantação do curso no *campus* do Mucuri

Através do processo de criação e implantação da FAMMUC, é possível evidenciar a importância da integração entre ações públicas de Educação e Saúde, que consideram o contexto epidemiológico e social como cenários de aprendizado. A formação de médicos generalistas, dentro do próprio sistema de saúde em que trabalharão, aproxima a ciência das regiões mais remotas do país.

O compromisso da FAMMUC com o desenvolvimento regional está no cerne de sua fundação e para tanto deve colaborar com o fortalecimento da Rede SUS, através da integração ensino-serviço, do provimento de educação permanente para os profissionais da rede, e da capilarização do conhecimento (através de pesquisas, congressos, cursos de especialização, etc.)

Este estudo não encerrará as discussões acerca da importância do curso de Medicina para o Vale do Mucuri, pelo contrário, apenas instigará a exploração do tema em outras pesquisas e artigos.

Com o registro histórico de sua origem espera-se contribuir com a construção da identidade institucional da FAMMUC colaborando para o fortalecimento do curso de Medicina e, conseqüentemente, de todo o Vale do Mucuri.

Referências

ACONTECEU NO VALE. **UFVJM realiza aula inaugural do Curso de Medicina em Teófilo Otoni.** 9 set. 2014. Disponível em: <<http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=39618>>. Acesso em 31/12/2017.

BOBBIO, N.; PATTEUCCI N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília/DF: UNB, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF: 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF: 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e n. 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 out. 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12871.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013. Institui o Programa Mais Médicos e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 out. 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/mpv/mpv621.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DO MUCURI. **Dispõe sobre o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina- FAMMUC da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM.** Resolução n. 01, de 5 de dezembro de 2014. Teófilo Otoni-MG: UFVJM, 2014.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Ata da 21 Sessão, 16 Seção Ordinária, realizada em 8 ago. 2008.** Diamantina-MG: UFVJM, 2008a.

_____. **Ata da 27ª Sessão, 20ª Sessão Ordinária, realizada em 5 dez. 2008.** Diamantina-MG: UFVJM, 2008b.

_____. **Ata da 29ª Sessão, 22 Sessão Ordinária, realizada em 6 mar. 2009.** Diamantina-MG: UFVJM, 2009.

_____. **Ata da 82ª Sessão, 53 Sessão Ordinária, realizada em 6 jul. 2012.** Diamantina-MG: UFVJM, 2012a.

_____. **Ata da 103 Sessão, 73 Sessão Ordinária, realizada em 21 mar. 2014.** Diamantina-MG: UFVJM, 2014.

_____. **Dispõe sobre a criação de dois cursos de Medicina na UFVJM.** Resolução n. 09, de 06 de junho, 2012. Diamantina-MG: UFVJM, 2012b.

DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, Florianópolis, v.2, n. 4, p. 19-34, 2013.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Brasil: panorama.** 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>> Acesso em: 5 jan. 2018.

_____. **Minas Gerais.** 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____. **Teófilo Otoni.** 2017c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teofilo-otoni/panorama>> Acesso em: 5 jan. 2018.

JAMIESON, J. L., KERNAHAN, C. B., SIVERTZ, K. S. One program, multiple training sites: does site of family medicine training influence professional practice location? **Rural and Remote Health**, v. 13, n. 2496, p. 1-12, 2013.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. **Interface (Porto Nacional)**, v. 5, n. 5, p. 49-54. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n. 15, de 22 de julho de 2013a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/46761-mec-divulga-regras-para-avaliar-novos-cursos-e-instituicoes>> Acesso em: 31 dez. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 03 de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 23 jun. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jan. 2016

_____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Portaria n. 23, de 1º de outubro de 2013. Dispõe sobre o cumprimento das obrigações de oferta de moradia e alimentação pelo Distrito Federal e Municípios aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo,

Brasília, DF, 24 out. 2013b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sgtes/2013/prt0023_01_10_2013.html>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Portaria Interministerial n. 1.369, de 8 de julho de 2013. Dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jul. 2013c. Seção I, p. 49-52. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/pri1369_08_07_2013.html>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**: Consulta: leitos. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=31&VMun=316860>. Acesso em: 1 jan. 2018.

RUA, M. G.; ROMANINI R. A concepção do ciclo de políticas públicas. In: **Para aprender políticas públicas**. Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas (IGEPP), Unidade VI, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_06.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2018.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Jornal da UFVJM**, Diamantina-MG, Ano III, n. 23, nov./dez. 2008. Disponível em <www.ufvjm.edu.br/es/formularios/doc_download/945-jornal-23.html>. Acesso em: 26 dez. 2017.

_____. **Dispõe sobre a formação da Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos de Medicina**. Portaria n. 277, de 15 de março de 2012. Diamantina: UFVJM, 2012a.

_____. **Dispõe sobre a formação da Comissão de Implantação dos Cursos de Medicina**. Portaria n. 987, de 25 de julho de 2012. Diamantina: UFVJM, 2012b.

_____. **Jornal da UFVJM**, Diamantina-MG, Ano IV, n. 38, set./out. 2012c. Disponível em: <www.ufvjm.edu.br/es/formularios/doc_view/2283-jornal-38.html>. Acesso em: 26 dez. 2017.

_____. **Dispõe sobre a formação da Comissão de Reestruturação do Projeto pedagógico do Curso de Medicina do Mucuri**. Portaria n. 562 de 02 de abril de 2014. Teófilo Otoni: UFVJM, 2014a.

_____. **Projeto pedagógico do curso de Medicina**. Teófilo Otoni, 2014b. Disponível em <<http://site.ufvjm.edu.br/fammuc/documentos>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. **Dispõe sobre a formação da Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do Mucuri.** Portaria n. 562, de 2 de abril de 2014. Diamantina: UFVJM, 2014c.

_____. Conselho Universitário. **Aprova o Regimento Interno da Congregação da Faculdade de Medicina do Mucuri (FAMMUC) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).** Resolução n. 23, de 5 de setembro de 2014d. Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/fammuc/congregacao-documentos/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

_____. Portal UFVJM. **Conselhos (Órgãos de Deliberação Superior).** Disponível em <http://www.ufvjm.edu.br/administracao/conselhos.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT> Acesso em 27/12/2017

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2018

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.